

Escola de Administração UFRGS
Programa de Pós-Graduação Especialização em Finanças
Setembro/2014

Análise do Impacto da Política de Redução dos Juros nos Bancos Públicos como Forma de Reduzir o *Spread* Bancário no Brasil

Autor: Fabiano Peroza Dorneles¹

Professor Orientador: Hélio Henkin²

Resumo

Na última década o Brasil voltou a crescer e expandir sua economia no cenário internacional. Internamente percebemos a melhora da renda, do emprego, os preços se mantendo estáveis, diminuição da pobreza, ampliação do crédito no país. A redução da taxa SELIC ao menor patamar da série histórica contribui para estimular as concessões de crédito e outros investimentos. Porém esta redução da SELIC não refletiu na mesma proporção na redução dos juros e *spreads*. Ao perceber isto o governo tomou como medida acirrar a concorrência no mercado promovendo uma redução drástica nos juros cobrados pelos bancos públicos. Esta ação refletiu muito forte na concorrência do mercado e na rentabilidade dos participantes do setor. Ao final a medida foi positiva forçando a redução dos juros e *spreads* em linhas gerais. Porém ao final do período da análise a economia apresentou indícios de piora e o governo retomou a elevação da SELIC, o que forçou uma nova subida das taxas, mas mantendo-se ainda inferior ao patamar que fora verificado no início desta pesquisa.

Palavras-chave: *spread*, taxa de juros, Crédito, mercado bancário, taxa selic.

Abstract

During the last decade, Brazil has started to grow again and has expanded its economy in the international scenario. Internally we could perceive improvements on the income, in jobs, the prices being kept stable, reduction of poverty, and credit expansion in all over the country. SELIC rate decreased at the lowest level ever, contributing to stimulate the credit concessions and other investments. However, SELIC rate reduction did not reflect in the same proportion as the interests and spreads of the country. Realizing it, the Government has decided to intensify the competition in the market reducing drastically the interest fees charged by public banks. This action has strongly reflected in the market competition and in the profitability of companies of this industry. This action was positive because it forced the reduction of interest and *spreads*

¹ Administrador de Empresas, Faculdades Porto-Alegrense, 2008/2

² Doutorado em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001

in general. Even so, at the end of the period of this analysis, the economy has shown worsening trends and the Government decided to raise SELIC rate, which caused an increase of the fees, but still remaining SELIC rate in the lowest level ever seen.

Keywords: spread, interest rate, credit, market banks, selic rate.

1. Introdução

As taxas de juros cobradas no mercado de crédito no Brasil historicamente estiveram entre as mais altas do mundo. Durante anos a sociedade brasileira vem sofrendo na hora de tomar crédito ao ter de pagar juros altíssimos para poder financiar seus projetos. “O *spread* bancário é uma medida do custo de intermediação financeira utilizada internacionalmente como indicador de sua eficiência, definida de forma geral como a diferença entre os valores que o banco cobra dos tomadores de empréstimo e os valores que o banco remunera os depositantes” Brock e Rojas Soares, 2000 apud Amado; Adriana et al, 2007, p. 221. Este valor que o banco cobra dos tomadores nas operações de empréstimos e financiamentos é denominada pelo mercado como taxa de aplicação. Esta taxa é fortemente influenciada por diversas variáveis econômicas, pela concorrência no mercado e pela taxa de juros de captação, que é a que o banco remunera os depositantes. Já a taxa de captação também sofre forte influência da taxa básica de juros da economia que é utilizada pelo governo como parâmetro para remuneração dos títulos públicos, que financiam o país.

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) divulgou uma nota técnica em abril de 2013 sobre o setor financeiro no Brasil onde ele coloca que o governo federal manifestou sua insatisfação com os níveis elevados das taxas de juros praticadas no país, enxergando nesta variável um dos obstáculos à continuidade do processo de crescimento e desenvolvimento econômico, na medida em que o alto custo do dinheiro impediria decisões de investimento das empresas e do consumo das famílias. A nota coloca que, em abril de 2012, o governo avaliou que os *spreads* bancários no Brasil estariam em patamares muito superiores aos praticados internacionalmente e que não haveria nenhuma justificativa técnica para isto.

Desta forma em 2012 o governo federal resolveu acirrar a concorrência no setor financeiro ao orientar os bancos públicos a aplicar um programa de redução de juros nas operações de crédito a Pessoas Físicas (PF) e Pessoas Jurídicas (PJ), no intuito de forçar a queda dos juros, e provocar uma redução no *spread*, na medida que as Instituições Financeiras (IF) privadas acompanhassem este movimento. Diante desta determinação os bancos desenvolveram estudos e implementaram ações como o Caixa Melhor Crédito, da Caixa Econômica Federal (CAIXA), e o Bom pra Todos, do Banco do Brasil (BB).

Com esta política a CAIXA e o BB passaram a operar em outro patamar de taxas de juros em suas operações de crédito. Percebe-se com esta iniciativa do governo a intenção de forçar a queda dos juros bancários através do acirramento da concorrência no setor com as instituições privadas. Para fazer frente a este corte, e não perder receitas, os bancos públicos só tinham como alternativa ampliar sua participação de mercado buscando crescer em suas carteiras de crédito e conquistando novos clientes.

Este artigo propõe-se a analisar o comportamento dos juros bancários no Brasil nos últimos anos procurando identificar se a implantação desta política proposta pelo governo contribuiu para uma redução significativa dos juros e dos *spreads* bancários praticados no país. Também será analisado se com o acirramento da concorrência houveram alterações na participação de mercado das empresas e qual o impacto que estas ações geraram no resultado financeiro dos bancos públicos.

2. Procedimentos Metodológicos

Para buscar responder as questões apontadas neste artigo realizou-se uma pesquisa exploratória onde foram levantadas informações relativas à economia, setor bancário, empresas que atuam neste ramo através de páginas disponíveis na internet sobre os referidos temas, periódicos, estudos publicados e bibliografias pesquisadas.

Através das informações disponibilizadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) foram analisadas as séries históricas de evolução dos juros bancários e *spreads* no Brasil nos últimos anos.

Analisou-se também a evolução na participação de mercado dos bancos públicos relativas às carteiras de créditos na PF e PJ, expansão da base de clientes e demais produtos financeiros. As informações foram pesquisadas junto a bases de dados disponibilizados pelo BACEN, Federação Nacional dos Bancos (FEBRABAN), DIEESE, entre outras.

Para analisar o desempenho financeiro das instituições públicas foram estudados os demonstrativos de resultado, e balanços patrimoniais, divulgados pelos bancos em suas páginas na internet desde 2009, três anos antes da política proposta de redução de juros e *spreads* nos bancos, até os resultados divulgados em 2013. Para análise de desempenho do mercado foram apurados os mesmos dados dos principais concorrentes privados no país.

3. Crédito e Taxas de Juros

Nos últimos anos, os volumes de créditos concedidos vêm crescendo consideravelmente no Brasil. Segundo dados do BACEN os saldos de todas as operações, no Sistema Financeiro Nacional (SFN), em março de 2007 somavam pouco mais de R\$ 760 bilhões e em março de 2014 ultrapassavam os R\$ 2,7 trilhões. Na comparação destes saldos com o Produto Interno Bruto (PIB) do país o volume de crédito saltou de 31% do PIB para 56% no mesmo período.

O BACEN analisa os dados do SFN segmentando as contratações pelo perfil do contratante, dividindo-os em PJ e PF, e pelas modalidades de crédito classificando-as em Recursos Livres (RL), aqueles tomados sem necessariamente uma destinação específica por parte do contratante, e Recursos Direcionados (RD) que são aqueles com uma destinação específica, como exemplo a compra de um imóvel, aplicação na agricultura, investimento em compra de equipamentos para empresas com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES, entre outras.

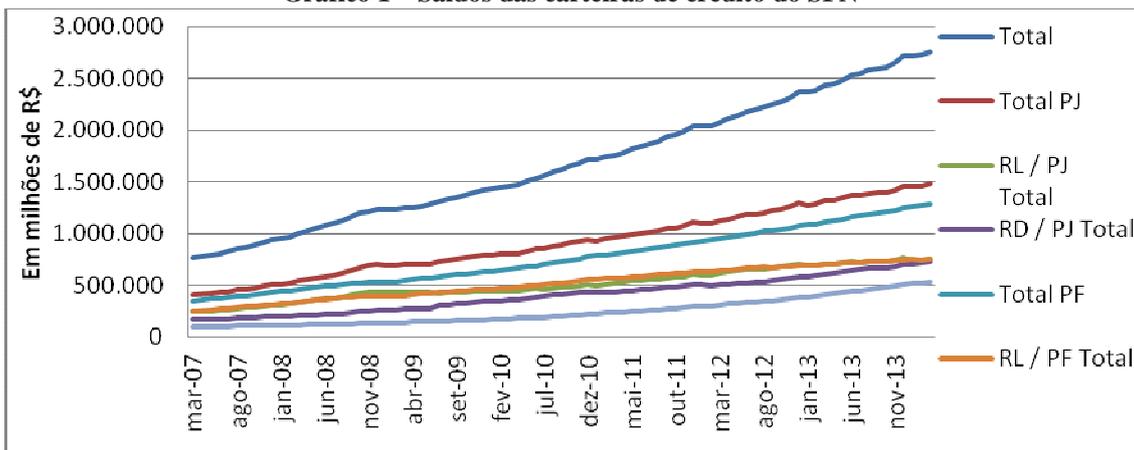
A carteira de crédito PJ chegou ao valor de R\$ 1,477 trilhões em março de 2014, o que representava 53,53% do total de crédito do SFN. Este percentual chegou a ser de 56,67% em dezembro de 2008. Embora as contratações de crédito tenham crescido na PJ observou-se que a PF cresceu mais. A mediana do percentual de participação da carteira PJ no total de crédito do SFN entre março de 2007 e março de 2014 ficou em 54,33%.

Nas linhas de crédito disponíveis para PJ percebemos uma alteração no perfil de utilização dos recursos. Em setembro de 2008 os RL chegaram a representar 63,61% do total de crédito contratado, enquanto que os RD representavam 36,39% no mesmo período. Houve um crescimento acentuado dos RD, que chegaram em março de 2014 a R\$ 724 bilhões, o que correspondeu a 49,06% do total dos recursos, emparelhando no volume com os RL que ficaram em R\$ 763 bilhões, correspondendo a 50,94%, no mesmo período. Na análise dos dados percebe-se que esta mudança ocorreu em virtude do grande crescimento nas contratações de financiamento das linhas do BNDES.

Já a carteira de crédito PF chegou ao valor de R\$ 1,282 trilhões em março de 2014, que correspondeu a 46,63% do total de crédito no SFN. Este percentual chegou a ser de 43,33% em dezembro de 2008, que desde então cresceu e aproximou-se do volume de crédito realizado na PJ.

Dentro da carteira PF também ocorreu uma alteração no perfil de utilização do crédito. Os RL contratados em agosto de 2008 eram de R\$ 379 bilhões e correspondiam a 75,17% do total de crédito. Passaram para R\$ 750 bilhões em março de 2014, porém representaram 58,51% do total da carteira PF. Ou seja, dentro da PF o crescimento foi maior com os RD, que em agosto de 2008 eram R\$ 125 bilhões, correspondendo a 24,83%, e em março de 2014 chegaram a R\$ 532 bilhões, correspondendo a 41,49% do total do crédito PF. Esta mudança ocorreu em virtude do crescimento das concessões de linhas de habitação no período analisado.

Gráfico 1 – Saldos das carteiras de crédito do SFN

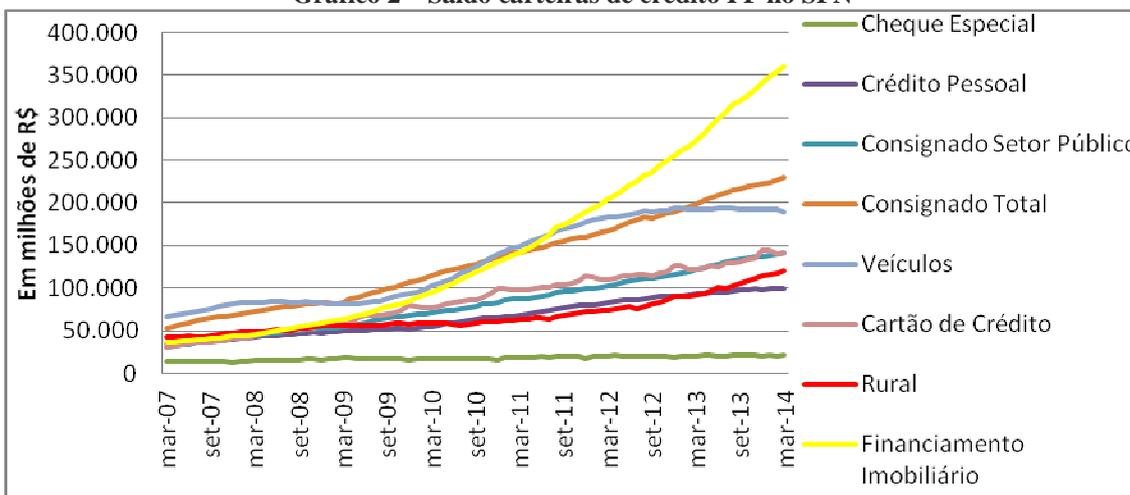


Fonte: Banco Central do Brasil – BACEN

Nas análises realizadas observou-se que algumas linhas de crédito concentram os maiores volumes de recursos. Para a PF as linhas mais utilizadas foram as de financiamento de veículos, habitação e empréstimos consignados. Com relação ao consignado o maior volume de contratação está direcionado para o segmento de servidores públicos. Já com relação à PJ os maiores volumes de crédito contratados no mercado estão concentrados nas linhas de capital de giro, crédito rural, financiamento imobiliário, conta garantida e linhas de financiamento do BNDES. Com relação ao

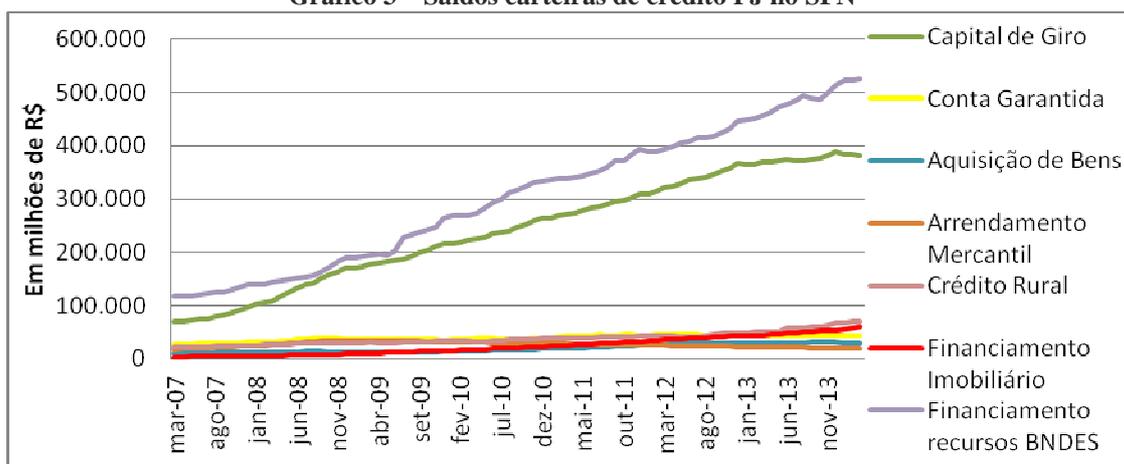
BNDES este estudo não se aprofundou nas variações destas taxas por se tratarem de linhas com recursos públicos voltadas ao estímulo das empresas, onde já se aplicam taxas de juros reduzidas, e os bancos atuam basicamente na intermediação das operações realizando os contratos e repassando os recursos.

Gráfico 2 – Saldo carteiras de crédito PF no SFN



Fonte: BACEN

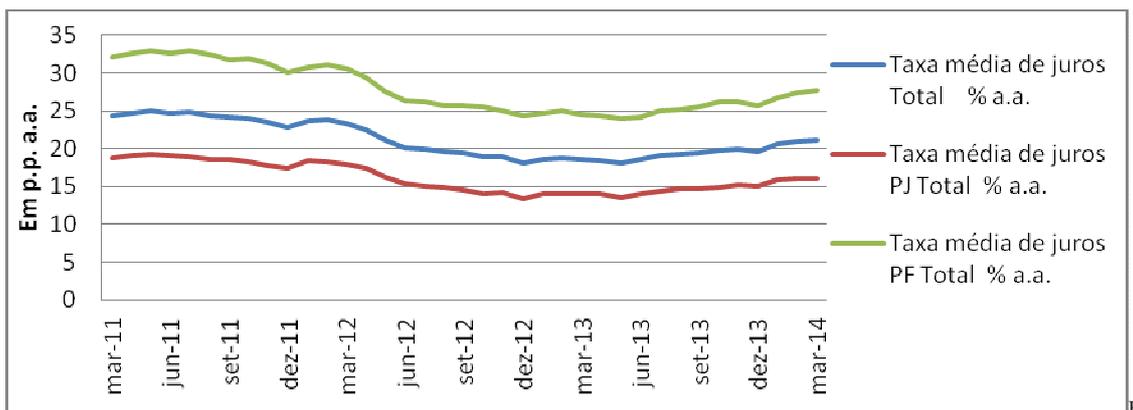
Gráfico 3 – Saldos carteiras de crédito PJ no SFN



Fonte: BACEN

As taxas de juros no país vêm caindo nos últimos anos, embora ainda estejam bem acima das praticadas internacionalmente. Analisando os dados de 2011 é possível perceber uma alternância entre altas e baixas na taxa média de juros no Brasil. A partir de março de 2012, mês em que implementou-se a redução de juros nos bancos públicos, podemos perceber que ocorreu uma redução acentuada destas taxas, saindo do patamar de 24,96% a.a. em média, em maio de 2011, para média de 18,02% a.a., em dezembro de 2012. A partir do segundo semestre de 2013 é possível perceber a retomada da elevação das taxas médias de juros, mas os valores observados até o final do primeiro trimestre de 2014 ainda eram inferiores a média aferida em março de 2012, que ficou em 23,35% a.a.

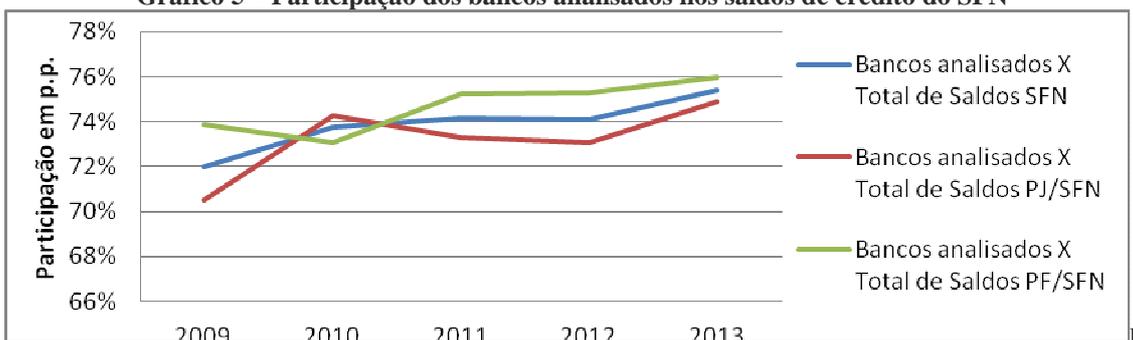
Gráfico 4 – Taxa média ponderada de juros no SFN Brasil



fonte: BACEN

Embora o país possua mais de 168 bancos comerciais registrados no BACEN, atualmente, ao analisarmos os saldos de crédito contratados no SFN percebe-se que 75% destes volumes estão concentrados em poucas IF, sendo elas o Banco do Brasil – BB, Bradesco, CAIXA, HSBC, Itaú e Santander. Nas operações de crédito para PF, por exemplo, estes bancos respondem por mais de 76% dos saldos existentes, praticamente 100% em habitação e mais de 75% nas operações de PJ.

Gráfico 5 – Participação dos bancos analisados nos saldos de crédito do SFN



fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados divulgados pelo BACEN

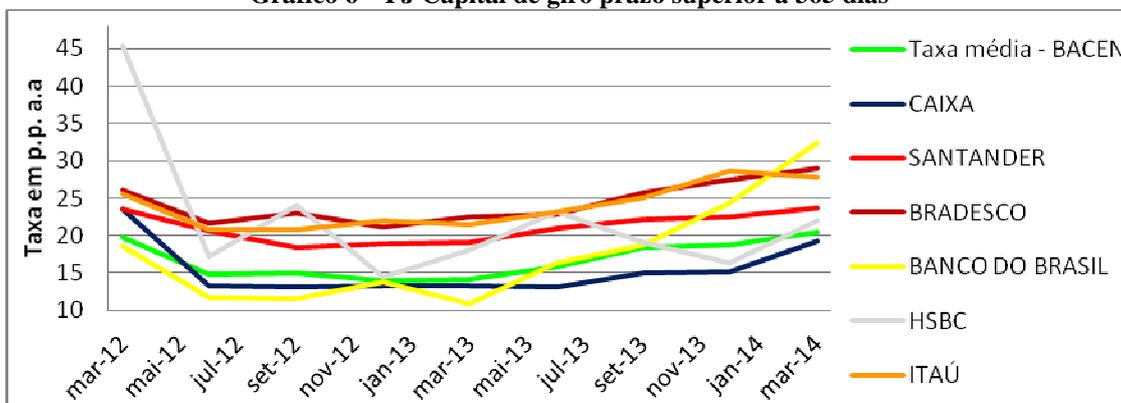
Em uma das principais abordagens sobre determinantes do *spread* bancário Luiz Fernando de Paula et al. (2007) coloca que na abordagem sobre modelos de monopólio, cujo trabalho seminal é de Klein (1971), o banco é visto como uma *firma* cuja principal atividade é a produção de serviços de depósitos e de empréstimos por intermédio do emprego de uma tecnologia de produção de serviços bancários, representada por uma função custo do tipo C(D,L), onde D é o volume de depósitos “produzido” pelo banco e L é o volume de empréstimos e C é o custo marginal. A atividade da firma bancária se desenvolve, via de regra, num ambiente de mercado que é caracterizado pela presença de concorrência monopolista ou imperfeita, tanto no mercado de crédito como no mercado de depósitos. Isso significa que o banco tem poder de monopólio na fixação da taxa de juros em pelo menos um dos mercados em que opera, normalmente o mercado de crédito, comportando-se como um estabelecedor de preços (*price setter*). Esse poder de monopólio explicaria a escala de operação e as estruturas ativa e passiva do banco, levando em conta que as decisões de um banco individual seriam capazes de afetar as taxas que remuneram os componentes do passivo, assim como aqueles integrantes do ativo bancário. Portanto, o *spread* bancário reflete fundamentalmente – nesta abordagem – o “grau de monopólio” do banco, ou seja, a sua capacidade de cobrar um preço maior do que o custo marginal de produção dos serviços por ele oferecidos.

Em virtude desta concentração de crédito, em poucas IF, optou-se por realizar uma análise mais aprofundada na variação das taxas de juros praticadas pelos principais bancos para medir o impacto da política de redução de juros. Com base nas taxas, divulgadas pelo BACEN, operadas pelos bancos verificou-se ao final de cada mês a taxa informada disponível durante o período de 2011 a 2014, naquelas operações em que há maior volume de saldos contratados junto ao SFN, para efeitos de análise.

Nas principais linhas utilizadas pelo mercado, na PF e PJ, verificou-se, de maneira geral, uma redução acentuada dos juros a partir do início do ano de 2012. Já no 2º semestre de 2013 os juros voltaram a subir, mas em boa parte destes mantendo-se em um patamar ainda inferior ao verificado em 2011.

Na PJ as linhas mais utilizadas no período analisado foram as de financiamentos com recursos BNDES e capital de giro com prazo superior a 365 dias. Na modalidade capital de giro percebemos uma redução na taxa média BACEN, que em março de 2012 era de 19,74% a.a. e em dezembro de 2012 chegou a 13,95% a.a. Aqui podemos verificar que os bancos públicos já operavam com taxas abaixo dos privados. Com a redução dos juros em 2012 estas ficaram ainda menores. Neste mesmo ano houve redução dos juros também nos bancos privados, porém em um patamar menor do que nos públicos. Em 2013 retomou-se a elevação das taxas fechando o ano de 2013 com percentuais próximos aos verificados em 2012, permanecendo somente a CAIXA e HSBC com juros abaixo ao aferido em março de 2012. No primeiro trimestre de 2014 as taxas para capital de giro seguiram em elevação ultrapassando o patamar aferido no início de 2012.

Gráfico 6 – PJ Capital de giro prazo superior a 365 dias

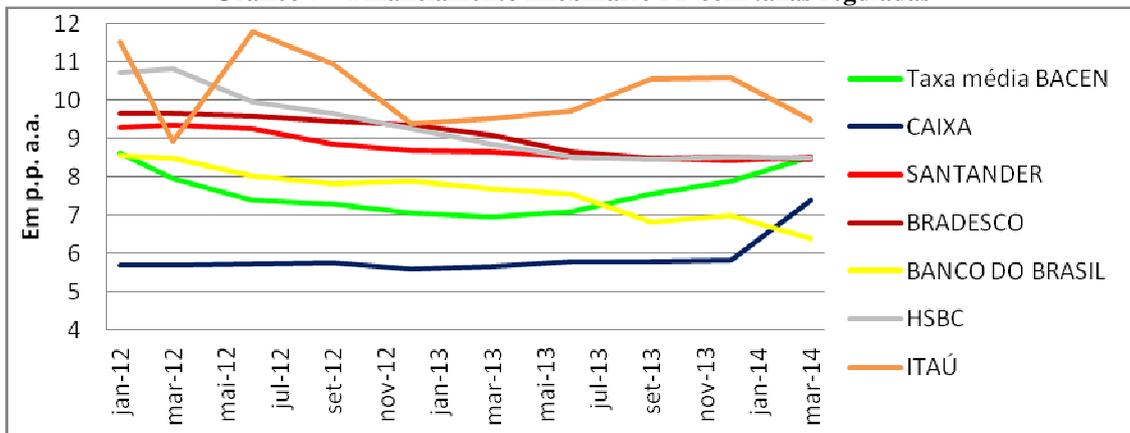


Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados divulgados pelo BACEN

Já na PF as linhas de crédito cresceram de uma forma geral. Algumas despontaram mais que outras como o financiamento imobiliário, os empréstimos consignados e os financiamentos de veículos. A linha mais utilizada no período analisado foi a de financiamento imobiliário PF com taxas reguladas. Nesta modalidade percebemos uma redução na taxa média BACEN, que em março de 2012 era de 8,61% a.a. e em março de 2013 reduziu a 6,94% a.a. Aqui também podemos verificar que os bancos públicos já operavam com taxas inferiores aos bancos privados. Com o corte nos juros em 2012 o BB reduziu ainda mais, se aproximando das praticadas pela CAIXA, que já era a menor do mercado. Aqui é possível verificar que os bancos privados seguiram a redução dos juros, porém mantendo-se ainda bem superiores aos praticados nos bancos públicos. No 2º semestre de 2013 retomou-se a elevação das taxas, que continuou no 1º trimestre de 2014, fechando com percentuais próximos aos verificados em 2012. Embora o BB tenha reduzido ainda mais suas taxas a elevação dos juros na

CAIXA, que é o principal banco nesta operação, aumentou a média geral. Estes bancos respondem por praticamente 100% dos financiamentos imobiliários no país.

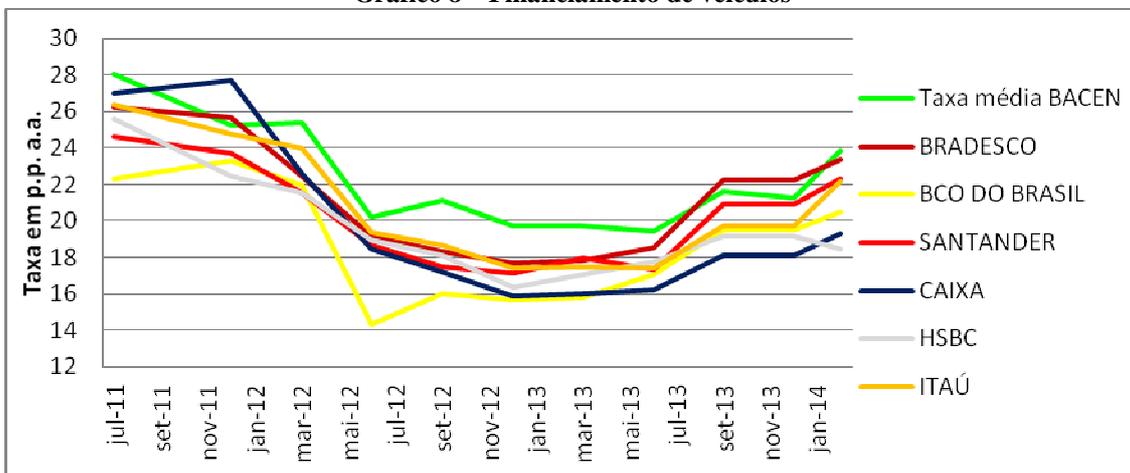
Gráfico 7 – Financiamento imobiliário PF com taxas reguladas



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados divulgados pelo BACEN

Nos financiamentos de veículos é possível verificar que houve redução nas taxas de juros também por parte das instituições privadas. CAIXA e BB fizeram os maiores cortes tendo em 2012 as menores taxas do mercado. A média BACEN reduziu de 25,41% a.a. em março de 2012 para 19,47% a.a. em junho de 2013. Como visto nos casos anteriores às taxas se elevaram a partir do 2º semestre de 2013, porém neste caso permanecendo abaixo da média aferida em março de 2012.

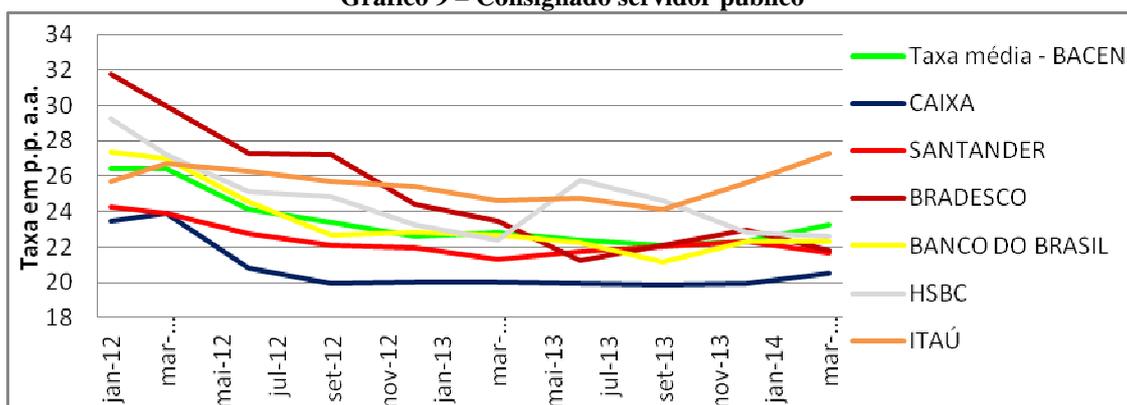
Gráfico 8 – Financiamento de veículos



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados divulgados pelo BACEN

As operações de consignação acompanhadas pelo BACEN são classificadas em consignado aos beneficiários do INSS, aos trabalhadores do setor privado e aos servidores públicos, este último representa o maior volume de empréstimos consignados contratados. Aqui também podemos perceber que os bancos privados acompanharam a redução dos juros, ficando os bancos públicos com as menores taxas do mercado. A taxa média da operação verificada pelo BACEN estava em março de 2012 em 26,41% a.a. reduzindo para 22,08% a.a. em setembro de 2013. Após esse período os juros voltaram a subir chegando a 23,25% a.a. em março de 2014, patamar inferior a março de 2012.

Gráfico 9 – Consignado servidor público



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados divulgados pelo BACEN

4. Spread

Neste estudo sobre o *spread* utilizaram-se os dados divulgados pelo BACEN, que desde o início do Projeto Juros e Spread Bancário, em 1999, tem estimado e divulgado a decomposição do *spread* bancário brasileiro no mercado.

A partir da Circular nº 2.957 de 30 dezembro de 1999 do BACEN ficou estabelecido aos bancos devem enviar as informações sobre as operações realizadas, saldos existentes, bem como as taxas de juros praticadas. A partir desta base o BACEN apura e divulga as taxas médias ponderadas de crédito no SFN.

Ao longo dos anos o BACEN vem atualizando a metodologia utilizada para calcular o *spread*. Desde o Relatório de Economia Bancária publicado em 2008 ficou estabelecido que o cálculo da taxa da captação dos recursos se daria a partir da estimação dos valores médios dos custos das aplicações onde se usa a média, ponderada pelos volumes, das taxas de captação dos depósitos a vista, a prazo, neste caso dada pelas taxas dos Certificados de Depósito Bancário (CDB) de cada banco, e de poupança de todas as instituições financeiras como parâmetro de captação, para deduzir dos juros e se obter o *spread*.

O valor percentual apresentado como *spread* não representa diretamente o lucro das instituições financeiras. Ao realizarmos a decomposição do *spread* são deduzidos os diversos custos da operação, e da instituição, para obter-se o *spread* líquido, ou margem líquida. Assim o *spread* bancário médio das operações de crédito a taxas prefixadas do segmento livre passa a ser dividido em parcelas atribuídas, conforme segue:

- i) Custos Administrativos: Corresponde à parcela do *spread* bancário originada do custeio de despesas com a manutenção do processo produtivo das instituições financeiras, por exemplo, as vinculadas ao fator trabalho (salários, honorários, treinamentos, encargos e benefícios) e à utilização de recursos operacionais (água, energia, comunicações, material de escritório, processamento de dados, propaganda e publicidade, seguro, vigilância, transporte, dentre outros). A estimação deste valor é calculada a partir de uma função custo para o setor bancário, e a alocação dos custos administrativos para cada produto, por intermédio do algoritmo de *Aumann-Shapley*.
- ii) Inadimplência: Se refere à estimativa de perdas esperadas em virtude do não pagamento por parte dos tomadores de crédito, ou seja, ao montante que deve ser provisionado para resguardar o patrimônio das instituições financeiras. É estimado com base nas classificações de risco das carteiras de empréstimo dos bancos e nas

- respectivas provisões mínimas (segundo os parâmetros constantes da Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999).
- iii) **Compulsórios e Subsídio Cruzado:** Aqui se considera o custo nominal de captação de cada tipo de depósito recebido pelas instituições financeiras, descontadas as receitas auferidas em virtude dos respectivos recolhimentos compulsórios. Neste ponto, cabe lembrar que a maior parte dos recolhimentos compulsórios é remunerada, portanto, ao contrário do que aparentemente prevalece em muitas análises, não se deve esperar contribuição expressiva dos recolhimentos obrigatórios na formação do *spread* bancário. Com relação ao subsídio cruzado considera-se o custo efetivo de captação das fontes de financiamento do crédito rural e habitacional para cada instituição financeira, levando em conta as alíquotas de direcionamento aplicáveis a cada modalidade de depósito. Cabe destacar ainda que, a estimação dos efeitos dos subsídios cruzados sobre o *spread* é com base no resultado líquido das receitas provenientes das operações direcionadas, para cada instituição financeira, ou seja, com base na receita bruta deduzida dos custos (administrativos, de inadimplência e tributários, os quais foram computados seguindo a mesma metodologia de estimação utilizada no caso das operações de crédito livre).
- iv) **Encargos Fiscais e FGC:** Corresponde à soma dos efeitos das contribuições obrigatórias para o FGC e de tributos incidentes sobre a concessão de crédito e sobre os resultados auferidos nessas operações como o Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Nos cálculos há fórmulas que separam os tributos segundo as respectivas bases de cálculo (rendas advindas da concessão de créditos livres, de direcionados e dos recolhimentos compulsórios). Também foram incorporadas as estimativas do custo das contribuições para o FGC (decorrentes de captações por intermédio de depósitos a vista, a prazo e/ou de poupança), considerando-se a incidência mensal desse encargo durante o prazo das operações.
- v) **Impostos Diretos:** No que se refere à cunha fiscal cabe destacar que o peso das obrigações relativas à Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é calculado banco a banco, sobre as receitas líquidas provenientes de operações de crédito livre, de crédito direcionado e de recolhimentos compulsórios.
- vi) **Margem (bruta e líquida), erros e omissões:** Engloba além da margem de lucro das instituições financeiras, eventuais erros de estimação e ou de mensuração.

A seguir apresentamos a decomposição do *spread* em relação à participação percentual de cada item, e em pontos percentuais na análise geral, divulgadas pelo BACEN no Relatório de Economia Bancária e Crédito de 2010, conforme metodologia explicada para o período de 2004 a 2010:

Tabela 1 - Decomposição do *spread* bancário prefixado – Total (em proporção % do *spread*)

Discriminação	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
1 – <i>Spread</i> Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
2 – Custo Administrativo	20,42	19,41	17,89	18,15	10,16	14,25	12,56
3 – Inadimplência	24,29	27,57	30,52	28,42	26,71	30,59	28,74
4 – Compulsório + Subsídio Cruzado + Encargos Fiscais e FGC	9,40	8,07	6,14	6,45	5,23	5,26	4,08
5 – Margem Bruta, Erros e Omissões (1-2-3-4)	45,89	44,95	45,46	46,98	57,90	49,91	54,62
6 – Impostos Diretos	15,63	15,31	15,49	16,04	23,20	19,97	21,89
7 – Margem Líquida, Erros e Omissões (5-6)	30,25	29,64	29,97	30,95	34,69	29,94	32,73

Fonte: Departamento de Estudos e Pesquisa – Depep / BACEN

Relativamente à decomposição do *spread* bancário total em proporção percentual do próprio *spread*, destaca-se a participação da margem bruta, erros e omissões, que representa a maior parcela no período analisado, tendo atingido 54,62% em 2010,

percentual superior ao atribuído à inadimplência e ao custo administrativo (28,74% e 12,56% respectivamente), que mostraram redução na participação em relação a 2009.

Com relação ao compulsório, subsídio cruzado, encargos fiscais e FGC houve redução significativa neste item que em 2004 representava 9,4% e em 2010 fechou em 4,08% de participação no custo total.

A inadimplência vem se mantendo como um dos principais pesos na composição deste custo, com percentuais que oscilam em torno de 30%, fechando 2010 em 28,74%.

Em outra abordagem, em que analisamos a estrutura do *spread* em pontos percentuais, percebemos os mesmo movimentos com maior peso na margem bruta, redução no custo com compulsório, custo alto com inadimplência, redução nos custos administrativos. Segue abaixo a tabela com dados para análise:

Tabela 2 - Decomposição do *spread* bancário prefixado – Total (em p.p. em relação a sua participação sobre o custo total em valores absolutos do *spread*)

Discriminação	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
A – Taxa de Aplicação	53,11	53,33	47,31	40,18	52,91	40,32	39,70
B – Taxa de Captação	17,55	16,93	12,55	11,78	12,93	10,51	11,83
1 – <i>Spread Total</i>	35,56	36,40	34,76	28,40	39,98	29,81	27,87
2 – Custo Administrativo	7,26	7,06	6,22	5,15	4,06	4,25	3,50
3 – Inadimplência	8,64	10,04	10,61	8,07	10,68	9,12	8,01
4 – Compulsório + Subsídio Cruzado + Encargos Fiscais e FGC	3,34	2,94	2,13	1,83	2,09	1,57	1,14
5 – Magem Bruta, Erros e Omissões (1-2-3-4)	16,32	16,36	15,80	13,34	23,15	14,88	15,22
6 – Impostos Diretos	5,56	5,57	5,38	4,55	9,28	5,95	6,1
7 – Margem Líquida, Erros e Omissões (5-6)	10,76	10,79	10,42	8,79	13,87	8,92	9,12

Fonte: Depex / BACEN

O objetivo em apresentar a decomposição do *spread*, relativo ao período de 2004 a 2010, é para que possamos ter uma visão de sua estrutura.

Desde o relatório de Economia Bancária de 2011 o BACEN passou a divulgar somente a decomposição do *spread* para a Taxa Preferencial Brasileira – TPB, que é calculada a partir de clientes PJ, que possuam operação com no mínimo três IF, tenham no mínimo uma operação classificada com risco “AA” e não possuam operações em atraso superior a noventa dias. Segundo o BACEN esta metodologia visa permitir uma comparação mais adequada entre as taxas praticadas no Brasil e as de outros países, que correspondem a taxas de juros utilizadas em operações de elevado valor e concedida a clientes com baixo risco.

Porém o cálculo da decomposição do *spread* bancário, que contempla, inclusive, estimativas específicas para os grupos de bancos públicos, de bancos privados e dos maiores bancos em montante de concessão de crédito, não será descontinuada.

Na visão deste autor a TPB não representa necessariamente o custo efetivo deste indicador na economia real. Pelos volumes e valores analisados percebe-se que o *spread* apresenta-se bem mais elevado do que visto na TPB. Porém para efeitos de comparação internacional ela se justifica uma vez que muitos países calculam seus *spreads* considerando os perfis de clientes, a classificação de risco destes, a adimplência das operações, entre outros itens.

Exposto isto seguiremos analisando os movimentos encontrados no *spread* considerando os valores por operação, por média do mercado em geral, entre outras que continuam a serem divulgadas pelo BACEN. Porém não foi possível ter acesso à

decomposição dos custos deste *spread* no período de 2011 a 2014, que é onde temos concentrado a análise deste artigo por contemplar a fase em que implementou-se e refletiu a política de redução dos juros no Brasil.

Uma outra abordagem colocada por Oreiro, José Luís da Costa et al (2007) nos expõem que vários estudos internacionais têm destacado a importância dos fatores macroeconômicos na determinação do *spread* bancário, tais como taxa de inflação, taxa de juros e sua volatilidade, PIB, capacidade utilizada etc. No caso do Brasil, considerando a instabilidade macroeconômica que vem caracterizando a economia brasileira – expressa, por exemplo, no movimento *stop-and-go* da economia e nas elevadíssimas taxas de juros -, é de se esperar que tais fatores tenham uma importância significativa na explicação do *spread*. A questão ganha maior relevância ao se constatar que, apesar da queda da taxa de juros que ocorreu a partir meados de 1999, o *spread* bancário no Brasil ainda se mantém em patamares elevadíssimos em termos internacionais.

Sob a ótica dos agregados macroeconômicos percebemos que a economia do país vem crescendo na última década oscilando entre períodos de maior ou menor desenvolvimento. O momento de maior baixa aconteceu após a crise *subprime* nos EUA em 2008 que contaminou o país e a economia mundial. A ampliação do crédito no Brasil, os incentivos fiscais a alguns segmentos da economia por parte do governo tiveram efeito positivo contribuindo no resultado do PIB em 2010, aliviando os efeitos da crise internacional, mas vem perdendo força nos anos subsequentes.

Gráfico 10 – PIB Brasil



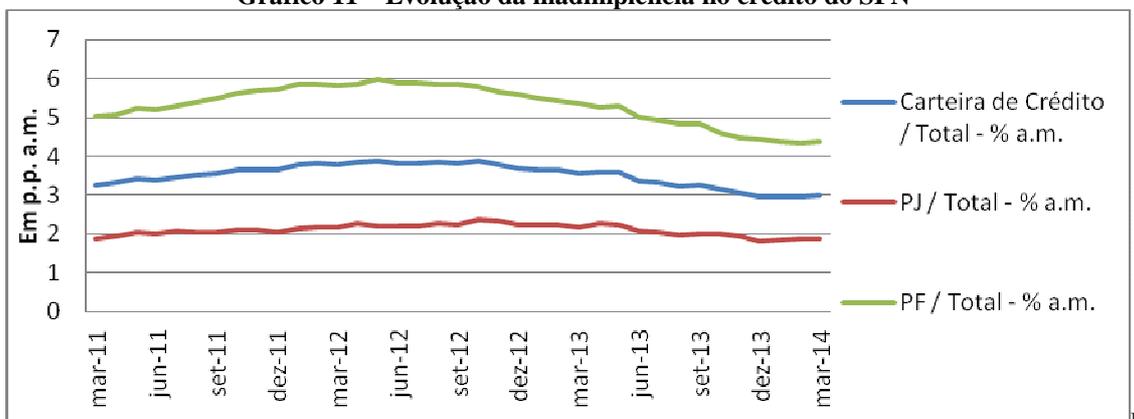
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

A inflação, outro indicador macroeconômico para o país, vem se mantendo estável nos últimos anos, se comparado aos momentos de alta vividos no início da década de 90 no Brasil. Após este período nos acostumamos a conviver com outro patamar de inflação, bem mais aceitável para manutenção do poder de compra da população. Nos últimos anos tivemos algumas oscilações neste item que chegou a 7,31% a.a. em setembro de 2011, no acumulado dos últimos doze meses, medido pelo IBGE, e voltou a reduzir chegando a 4,92% a.a., em junho de 2012, e ficando 6,15% a.a., em março de 2014, até onde acompanhou-se para este artigo.

A inadimplência nas operações de crédito mostrou-se um dos principais itens na análise da decomposição do *spread*, feita anteriormente, junto com a margem bruta. Nos dados divulgados pelo BACEN podemos perceber que de uma forma geral este item estabilizou-se em um patamar de 3% a.m. das operações em andamento no SFN. Embora seja um percentual pequeno representa muito em valores absolutos, mas

apresenta-se controlado no período analisado. Observamos que a inadimplência é maior no segmento de PF.

Gráfico 11 – Evolução da inadimplência no crédito do SFN



Fonte: BACEN

A SELIC, que é a taxa divulgada pelo BACEN para remuneração dos títulos públicos, serve como um balizador para o mercado refletindo diretamente nas taxas de juros. Em uma estimativa feita entre a SELIC e a taxa de juros cobrada pelos bancos nas operações de crédito no país, no período de março de 2011 a março de 2014 encontrou-se um coeficiente de correlação forte, de 0,8986. A partir de julho de 2011 o Comitê de Política Monetária – COPOM, do BACEN, iniciou um dos principais ciclos de cortes na taxa de juros no país, que encontravam-se naquele momento em 12,42% a.a., trazendo esta para 7,11% a.a. em janeiro de 2013, menor patamar já registrado na série histórica da SELIC. Para permitir tamanha redução o governo teve de intervir inclusive na remuneração das aplicações em caderneta de poupança, para evitar fuga dos recursos de investidores dos fundos de investimento e dos próprios títulos públicos federais, que financiam a dívida do país.

Apesar de a SELIC ter reduzido, no referido período, o governo não percebeu uma queda proporcional nas taxas de juros cobradas pelas IF no SFN. Enquanto a SELIC reduziu 28,3%, entre julho de 2011 e abril de 2012, as taxas de juros recuaram somente 9,3% e o spread 2,2%, no mesmo período. Estas foram algumas das principais justificativas apontadas pelo governo para sustentar o lançamento do programa de redução de juros nos bancos públicos uma vez que a SELIC vinha sendo reduzida, os indicadores econômicos se mostravam estáveis e as taxas de juros e *spreads* das operações de crédito não acompanhavam este movimento. Sobrou como alternativa acirrar a concorrência no mercado bancário.

Tabela 3 - Indicadores

Mês	Spread médio Total % a.a.	Taxa média de juros Total % a.a.	SELIC % a.a.	Inadimplência Total % a.m.	IPCA % a.a.
Mar / 11	14,70	24,33	11,67	3,25	6,30
Abr / 11	15,11	24,71	11,92	3,31	6,51
Mai / 11	15,39	24,96	11,92	3,44	6,55
Jun / 11	15,22	24,74	12,17	3,39	6,71
Jul / 11	15,12	24,82	12,42	3,47	6,87
Ago / 11	15,11	24,40	12,41	3,52	7,23
Set / 11	15,27	24,11	11,90	3,54	7,31
Out / 11	15,43	24,06	11,40	3,66	6,97
Nov / 11	15,02	23,43	11,40	3,67	6,64
Dez / 11	14,30	22,81	10,91	3,64	6,50
Jan / 12	15,23	23,74	10,40	3,77	6,22
Fev / 12	15,60	23,79	10,40	3,81	5,85

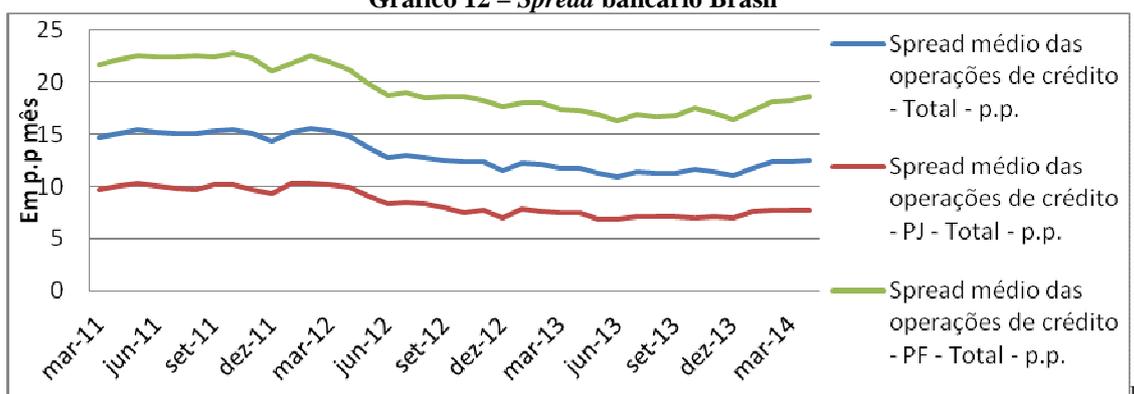
Mar / 12	15,25	23,35	9,65	3,77	5,24
Abr / 12	14,79	22,55	8,90	3,86	5,10
Mai / 12	13,70	21,11	8,39	3,87	4,99
Jun / 12	12,78	20,09	8,40	3,82	4,92
Jul / 12	12,95	19,89	7,89	3,83	5,20
Ago / 12	12,69	19,58	7,39	3,86	5,24
Set / 12	12,53	19,36	7,39	3,82	5,28
Out / 12	12,34	18,96	7,14	3,87	5,45
Nov / 12	12,32	18,89	7,14	3,79	5,53
Dez / 12	11,55	18,02	7,29	3,68	5,84
Jan / 13	12,21	18,61	7,11	3,66	6,15
Fev / 13	12,08	18,73	7,20	3,64	6,31
Mar / 13	11,73	18,51	7,16	3,57	6,59
Abr / 13	11,72	18,48	7,40	3,59	6,49
Mai / 13	11,25	18,09	7,90	3,59	6,50
Jun / 13	10,94	18,53	7,90	3,36	6,70
Jul / 13	11,41	19,09	8,40	3,33	6,27
Ago / 13	11,31	19,32	8,90	3,24	6,09
Set / 13	11,32	19,48	8,90	3,25	5,86
Out / 13	11,60	19,82	9,40	3,16	5,84
Nov / 13	11,45	19,98	9,90	3,07	5,77
Dez / 13	11,06	19,68	9,90	2,96	5,91
Jan / 14	11,81	20,66	10,40	2,97	5,59
Fev / 14	12,31	20,98	10,65	2,97	5,68
Mar / 14	12,32	21,07	10,65	3,00	6,15

Fonte: BACEN e IBGE

Após a redução dos juros nos bancos públicos, em abril de 2012, as taxas de juros e os *spreads* também passaram a recuar em um movimento mais acentuado. Na análise feita no capítulo três deste artigo percebemos que várias operações de crédito também tiveram suas taxas reduzidas nos bancos privados, no período mencionado. De abril de 2012 a junho de 2013 a SELIC recuou mais 11,24%, chegando a 7,9% a.a., e desta vez foi possível perceber redução nos juros e nos *spreads* que recuaram 17,3% e 26,03% respectivamente no mesmo período. Após julho de 2013 percebe-se uma retomada no crescimento da SELIC e conseqüentemente das taxas em geral, em função de questões macroeconômicas, principalmente por parte do BACEN no intuito de frear a subida da inflação. Mesmo assim até março de 2014 verificamos que mesmo com elevação nos juros e *spreads* estes ainda matinhm-se abaixo do patamar verificado em março de 2011.

Embora as operações de crédito no SFN tenham volumes de contratação muito próximos para PF e PJ, atualmente, percebemos que o *spread* é bem superior para a PF. A natureza da operação também influi nisto pois as empresas tendem a contratar praticamente 50% do volume em recursos direcionados de longo prazo, que apresentam menor *spread*. Nos últimos anos as PF também passaram a contratar maiores recursos desta modalidade, em virtude do grande crescimento nos financiamentos habitacionais, que observamos nas análises do item de crédito. Outra justificativa também para o maior custo na PF é de que a inadimplência para este público também é bem superior ao verificado na PJ.

Gráfico 12 – Spread bancário Brasil

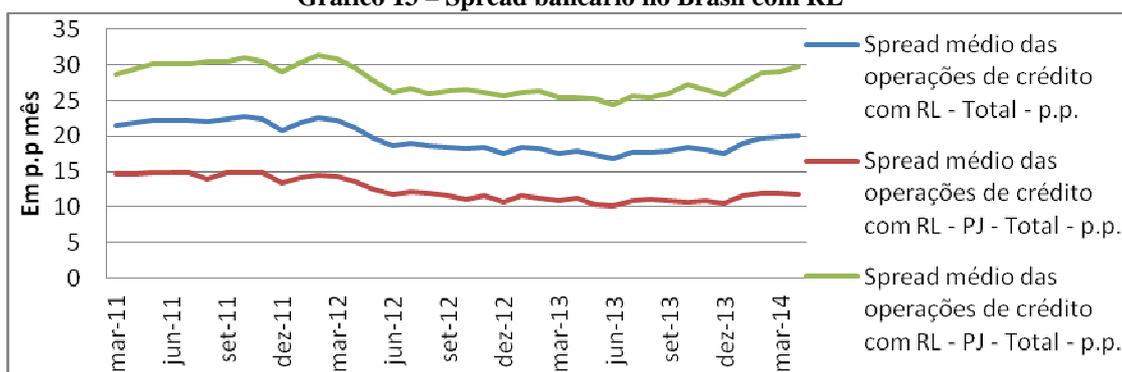


Fonte: BACEN

O *spread* bancário reduziu de uma forma geral tanto na PF quanto para a PJ. Observamos uma sensível redução de 2011 a 2013, e a retomada na elevação no primeiro trimestre de 2014, porém estando em um patamar inferior ao aferido em 2011.

Quando analisamos o *spread* nas operações com RL verificamos o mesmo movimento de redução de 2011 a 2013, com retomada do crescimento no 1º trimestre de 2014. A média da taxa observada nos RL é superior à média geral observada para o *spread*, tendo também a PF com o maior custo nas operações.

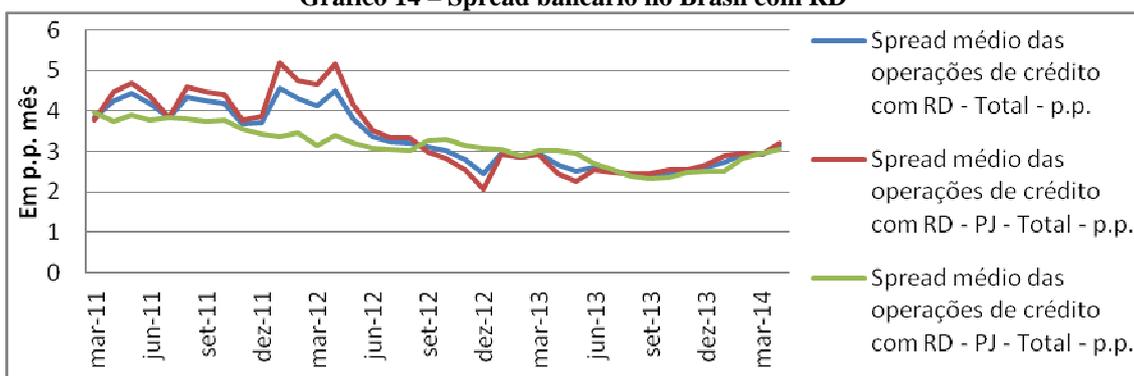
Gráfico 13 – Spread bancário no Brasil com RL



Fonte: BACEN

As operações com RD apresentam um nível de *spread* bem inferior ao observado nos RL, e a média geral. Essas operações geralmente envolvem recursos de longo prazo, com valores elevados, e que apresentam na maioria dos casos uma garantia real como, por exemplo, os financiamentos habitacionais, onde o imóvel é a garantia da operação, o que diminui o risco de inadimplência. Assim como nas análises anteriores podemos observar que houve redução do *spread* nos RD no período de 2011 a 2013 com retomada na elevação da taxa no início de 2014. Nos RD o custo para PF ficou, na maioria das observações, com valor inferior ao da PJ. Outra diferença significativa também é que o *spread* tanto para a PF quanto para PJ possuem valores muito próximos à média.

Gráfico 14 – Spread bancário no Brasil com RD



Fonte: BACEN

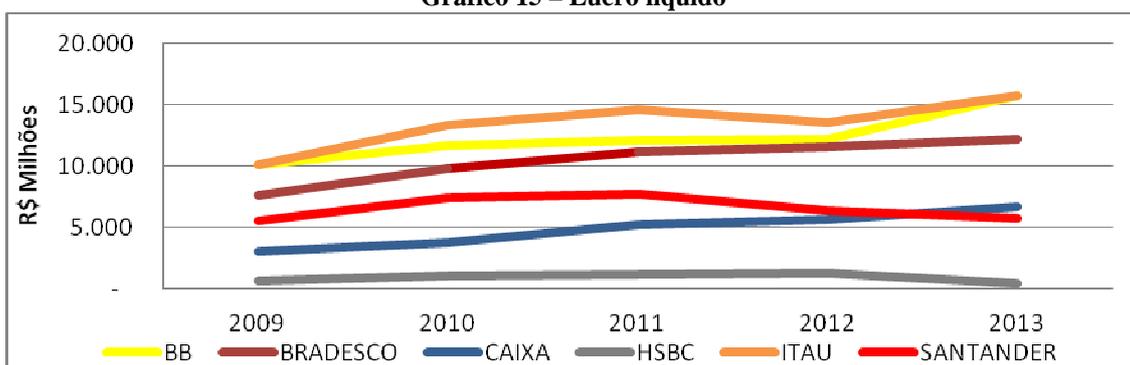
5. Mercado Bancário

Com a implementação da política de redução de juros nos bancos públicos criou-se uma grande expectativa no mercado de como se daria o impacto econômico uma vez que este corte implicaria em uma perda de rentabilidade. O movimento necessário, por parte dos bancos públicos, para fazer frente a este cenário seria a ampliação da base de clientes e do volume de negócios realizado com estes.

É importante resgatarmos que os juros cobrados nas operações de crédito não são a única fonte de receita dos bancos. As tarifas cobradas pelos serviços também tem uma participação expressiva no resultado financeiro. Observou-se em alguns casos que algumas instituições no mercado buscaram acompanhar o movimento de redução de juros, porém aumentando os valores de suas tarifas como contrapartida.

Em termos de lucratividade o impacto desta política não foi negativo, pelo contrário, os bancos mantiveram seus patamares de lucro e os bancos públicos aumentaram seu resultado. A CAIXA bateu seu recorde de lucro em 2012 e ampliou em 2013, assim como o BB em 2013 foi o que mais lucrou em todo o SFN.

Gráfico 15 – Lucro líquido

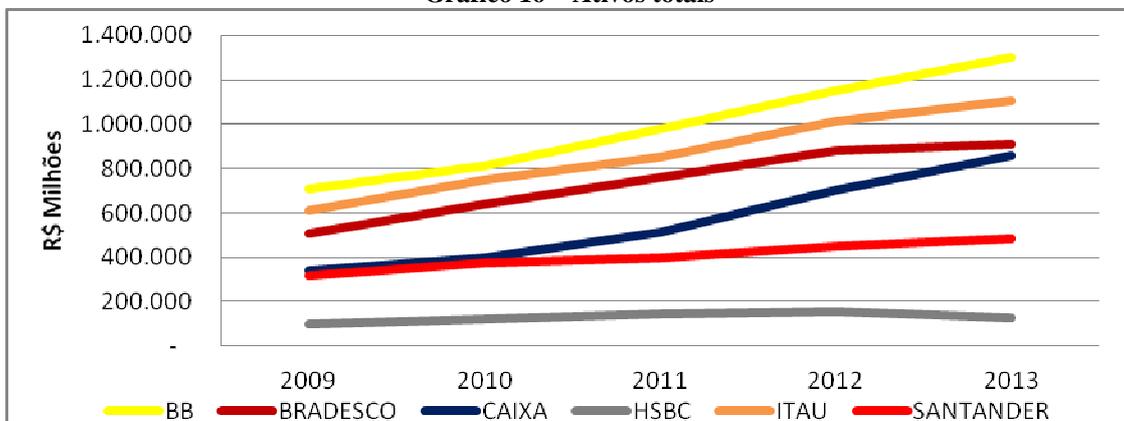


Fonte: Pesquisas do autor junto aos Relatórios dos Bancos disponibilizados em seus sites no item Relacionamento com o Investidor – RI e Demonstrativos Financeiros

Os ativos dos bancos continuaram crescendo no período analisado e os destaques seguiram sendo BB e CAIXA. A CAIXA encostou no Bradesco em 2013, 3º colocado no *ranking* nacional, tirando uma diferença que em 2009 era de mais R\$ 400 bilhões em ativos totais, para R\$ 50 bilhões em 2013. Com os dados divulgados recentemente no fechamento do 1º trimestre de 2014 a CAIXA divulgou o resultado de R\$ 910 bilhões e se aproximou mais ainda do Bradesco que divulgou R\$ 922 bilhões em ativos totais,

reduzindo essa diferença para R\$ 12 bilhões. A expectativa da CAIXA é que ainda em 2014 se torne o terceiro maior banco do país.

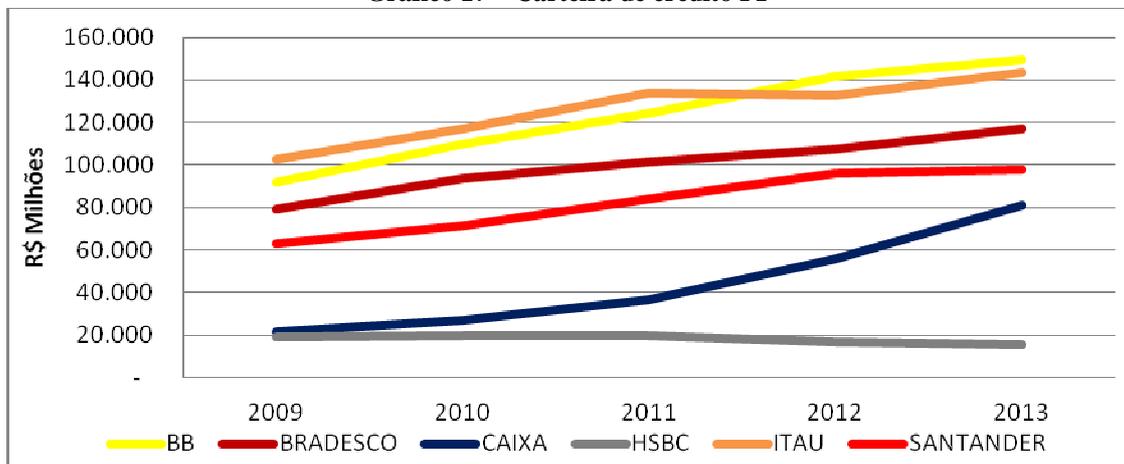
Gráfico 16 – Ativos totais



Fonte: Pesquisas do autor junto aos Relatórios dos Bancos disponibilizados em seus sites no item Relacionamento com o Investidor – RI e Demonstrativos Financeiros

Os bancos públicos apresentaram um grande crescimento nas carteiras de crédito PF, frente aos bancos privados. A CAIXA foi o banco com maior crescimento nesta categoria saindo de um saldo de menos de R\$ 21 bilhões em 2009 para mais de R\$ 80 bilhões em 2013. Para efeitos de comparação não foram considerados os valores da carteira de habitação PF, onde a CAIXA possui o maior saldo do mercado. Já o BB ultrapassou o banco Itaú e se tornou o banco com maior carteira de crédito na PF no país com um saldo de R\$ 150 bilhões em 2013.

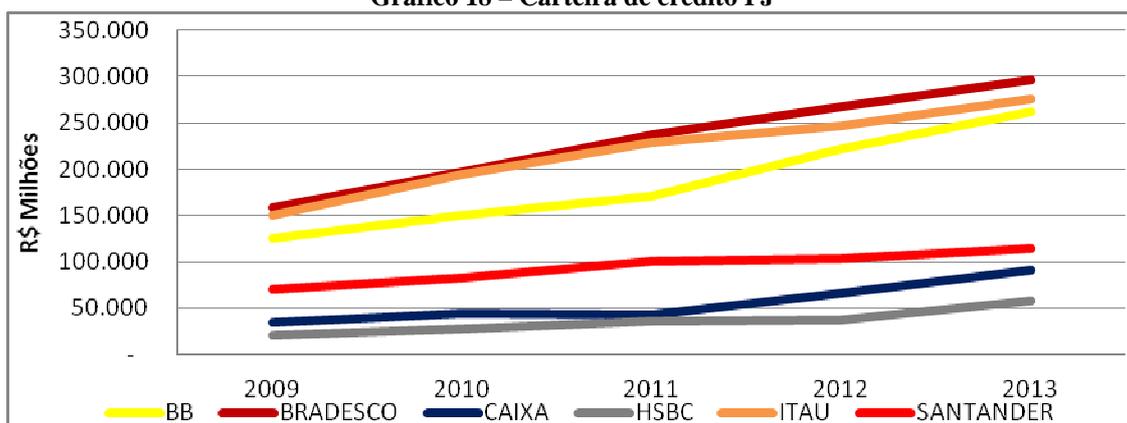
Gráfico 17 – Carteira de crédito PF



Fonte: Pesquisas do autor junto aos Relatórios dos Bancos disponibilizados em seus sites no item Relacionamento com o Investidor – RI e Demonstrativos Financeiros

Na PJ os bancos privados apresentam um melhor desempenho sendo Bradesco e Itaú os que possuem as maiores carteiras de crédito. Os bancos públicos também apresentaram um grande crescimento nesta categoria, com destaque para o BB que cresceu mais de R\$ 100 bilhões de 2009 para 2013 e encostou no segundo colocado o Itaú, que possui uma carteira de R\$ 275 bilhões enquanto o BB somava R\$ 261 bilhões de crédito PJ em 2013.

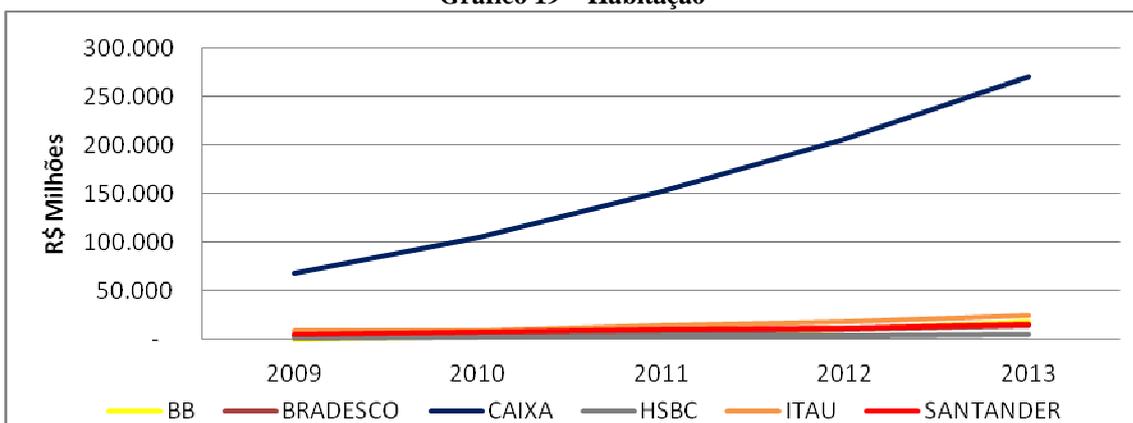
Gráfico 18 – Carteira de crédito PJ



Fonte: Pesquisas do autor junto aos Relatórios dos Bancos disponibilizados em seus sites no item Relacionamento com o Investidor – RI e Demonstrativos Financeiros

Já com relação à habitação temos a liderança isolada no mercado da CAIXA. Mesmo sendo a líder da categoria com R\$ 68 bilhões em 2009 a CAIXA ampliou os financiamentos para mais de R\$ 270 bilhões em 2013, seguindo a política proposta pelo governo federal de ampliação dos financiamentos habitacionais no país. Em virtude desta diferença frente aos outros bancos é que não foram considerados os financiamentos imobiliários na carteira de crédito PJ, a fim de evitar distorções na análise da concorrência na categoria. A partir de 2010 o BB passou a atuar também com financiamento habitacional chegando em 2013 com uma carteira de pouco mais de R\$ 18 bilhões, um patamar próximo ao praticado pelos bancos privados. Historicamente o BB atuava com linhas de financiamento rural, enquanto a CAIXA atuava no financiamento habitacional. Com a proposta de acirramento da concorrência o BB passou a financiar imóveis também e a CAIXA ingressou no mercado de crédito rural, categorias estas em que também há atuação dos bancos privados.

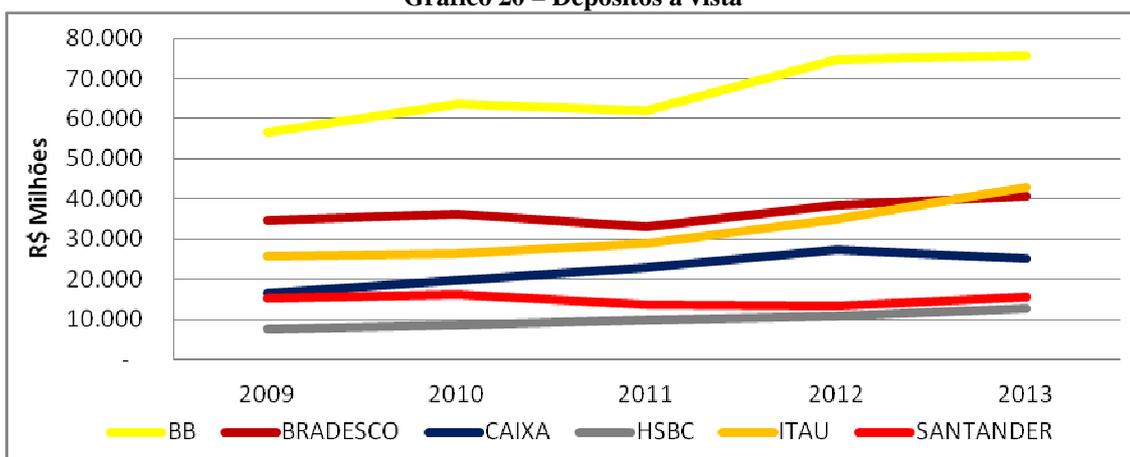
Gráfico 19 – Habitação



Fonte: Pesquisas do autor junto aos Relatórios dos Bancos disponibilizados em seus sites no item Relacionamento com o Investidor – RI e Demonstrativos Financeiros

Para fazer frente ao volume de empréstimos concedidos os bancos necessitam captar estes recursos no mercado, junto aos clientes. Com relação aos depósitos a vista, aqueles em que os clientes possuem valor em conta para uso imediato, os bancos que mais cresceram nesta captação foram BB e Itaú. O BB destaca-se pelo valor mais expressivo, fechando 2013 com mais de R\$ 75 bilhões em depósitos a vista.

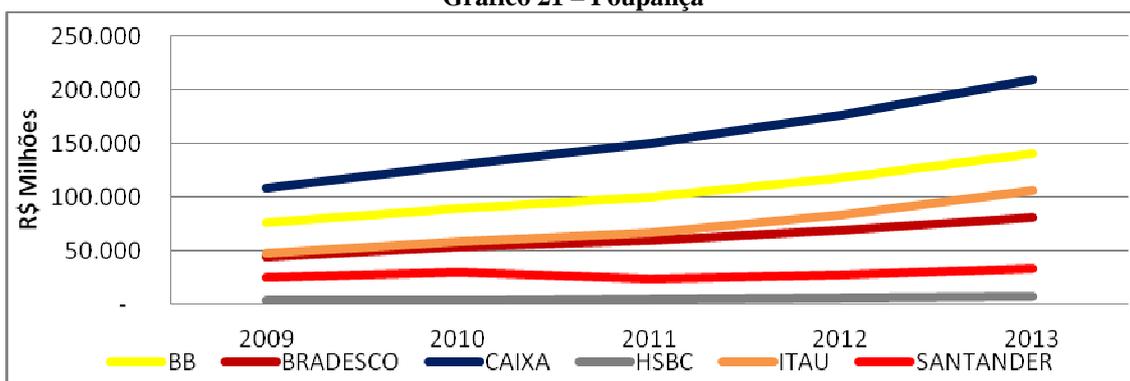
Gráfico 20 – Depósitos a vista



Fonte: Pesquisas do autor junto aos Relatórios dos Bancos disponibilizados em seus sites no item Relacionamento com o Investidor – RI e Demonstrativos Financeiros

Já com relação à poupança o destaque fica com a CAIXA que fechou 2013 com mais de R\$ 209 bilhões aplicados, muito a frente do BB, segundo colocado no mercado com mais de R\$ 140 bilhões aplicados. O banco privado com melhor desempenho nesta categoria é o Itaú, que fechou 2013 com R\$ 106 bilhões aplicados em poupança.

Gráfico 21 – Poupança



Fonte: Pesquisas do autor junto aos Relatórios dos Bancos disponibilizados em seus sites no item Relacionamento com o Investidor – RI e Demonstrativos Financeiros

A partir da análise de alguns indicadores do mercado financeiro podemos perceber grandes mudanças na concorrência e na posição de mercado das instituições bancárias. O crédito nos últimos anos continuou expandindo no país, mesmo com um cenário econômico adverso, com crises em vários segmentos, e esta ampliação foi sustentada basicamente pelos bancos públicos que cresceram sua participação geral no mercado tanto em crédito, como captação, clientes e produtos financeiros.

Mesmo com a redução de juros mais agressiva pelos bancos públicos os resultados financeiros foram positivos. CAIXA e BB foram os que mais cresceram em lucro líquido, tendo o BB o maior lucro de sua história e do setor como um todo.

6. Conclusão

A literatura econômica sempre colocou os altos juros como uma das principais barreiras a expansão do crédito no país. Com o aumento da atividade econômica nos

últimos anos, os estímulos ao consumo gerados pelo governo e a redução dos juros vivemos um grande período de expansão do crédito no país. Vimos a relação crédito/PIB saltar de 31% para 56% nos últimos sete anos com uma expansão muito forte nas linhas direcionadas ao consumo, a habitação e ao desenvolvimento das empresas.

Os indicadores econômicos melhoraram de maneira substancial no período recente. Assistimos a elevação da renda média das famílias, a queda da taxa de desemprego, a diminuição da pobreza e a ascensão de uma nova classe média no Brasil, intitulada classe “C”. Entre outras boas notícias vimos a taxa SELIC reduzir em 2012 ao menor patamar da série histórica, chegando a 7,11% em janeiro de 2013, mas o juros e o *spreads*, que são fortemente influenciados pela SELIC, não vinham acompanhando este movimento.

Com a ação do governo ao propor o acirramento da concorrência no mercado bancário, utilizando-se dos bancos públicos, a partir de 2012 os juros e o *spreads* começaram a ceder efetivamente e seguiram este movimento ao longo do ano e em 2013. Parecia que a fórmula havia sido encontrada. Mas já no segundo semestre de 2013 os indicadores econômicos começavam a sinalizar uma piora e o governo retomou a elevação da SELIC como medida para conter a inflação e conseqüentemente os juros e *spreads* cessaram a tendência de queda e voltaram a subir e seguiram neste movimento no início de 2014, inclusive nos bancos públicos. Até o fechamento das análises para este artigo o spread médio elevou-se em junho de 2013 de 10,90% a.a. para 12,32% a.a. em março de 2014, variação de 13,02%, enquanto a SELIC subiu de 7,90% a.a. para 10,65% a.a. no mesmo período, variação de 34,81%, e as taxas ainda estavam em patamares inferiores ao que havia sido verificado no início da pesquisa.

Com toda esta disputa no mercado os bancos públicos apresentaram aumento significativo no *market share*, de várias operações, e de rentabilidade. Ao contrário do que se poderia imaginar a ampliação na base de clientes e no volume de negócios se concretizou, e acabou compensando a redução das receitas com corte de juros, fazendo com que as cifras divulgadas nos balanços dessas instituições batessem recordes. A CAIXA, por exemplo, saiu da posição de quinto maior banco do país para quarto, e ao que tudo indica deve fechar 2014 na terceira posição. O BB que já era líder de mercado consolidou ainda mais sua posição.

Portanto a política de redução dos juros nos bancos públicos como forma de reduzir o *spread* mostrou-se positiva tendo efetivo impacto no mercado em um momento em que os indicadores econômicos também eram favoráveis e a taxa básica da economia também reduzia. Essa medida se justifica em um mercado como o brasileiro que se apresenta monopolizado por algumas IF que juntas respondem por mais de 75% das operações de crédito do país, o que restringe muito a entrada de novos concorrentes em função dos altos custos para se estabelecer, onde há forte regulamentação e também muitos riscos envolvidos. O que pode-se inferir é que um maior nível de concorrência no setor pode contribuir para melhorar as condições de crédito no país e o governo, tendo seus braços financeiros, deve seguir competindo para proporcionar melhores serviços e custos à população, buscando corrigir esta imperfeição de um mercado monopolista.

Ao final de 2013 com a diminuição no ritmo de crescimento da economia do país, a elevação da inflação, entre outros aspectos, pressionaram o governo a retomar a

elevação da SELIC, que por sua vez pressionou os custos de captação dos bancos e consequentemente forçou a retomada no aumento dos juros e dos *spreads* novamente. Vimos então que somente a ação de concorrer no mercado não parece ser suficiente, embora importante naquele momento. O governo deve estar atento aos demais indicadores que impactam na economia de uma forma geral. Esta complexidade que é a economia brasileira exige muitos esforços em várias frentes para manter a estabilidade e reduzir os custos financeiros no Brasil, onde a redução dos juros nos bancos públicos é só uma delas.

Referências Bibliográficas

Banco Central do Brasil. Taxas de juros por instituição financeira. Acesso em maio de 2014. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pt-br/sfn/infopan/txcred/txjuros/Paginas/Historico.aspx>

Banco Central do Brasil. Relatório de Economia Bancária e Crédito 2012. Acesso em dezembro de 2013. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?spread> .

Banco Central do Brasil. Relatório de Economia Bancária e Crédito 2011. Acesso em dezembro de 2013. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?spread> .

Banco Central do Brasil. Relatório de Economia Bancária e Crédito 2010. Acesso em dezembro de 2013. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?spread> .

Banco Central do Brasil. Relatório de Economia Bancária e Crédito 2009. Acesso em dezembro de 2013. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?spread> .

Banco Central do Brasil. Relatório de Economia Bancária e Crédito 2008. Acesso em dezembro de 2013. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?spread> .

Banco Central do Brasil. Relatório de Economia Bancária e Crédito 2007. Acesso em dezembro de 2013. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?spread> .

Banco Central do Brasil. Relatório de Economia Bancária e Crédito 2006. Acesso em dezembro de 2013. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?spread> .

Banco Central do Brasil. Relatório de Economia Bancária e Crédito 2005. Acesso em dezembro de 2013. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?spread>.

Banco Central do Brasil. Sistema Gerenciados de Séries Temporais – SGS. Acesso em abril de 2014. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>

Banco Central do Brasil. Taxas de Juros de Operações de Crédito. Acesso em dezembro de 2013. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/pt-br/sfn/infopban/txcred/txjuros/Paginas/default.aspx>.

Banco Bradesco. Acesso em março de 2014. Disponível em: <http://www.bradesco.com.br/abertura.html>.

Banco do Brasil. Bom pra todos. Acessado em dezembro de 2013. Disponível em <http://www.bb.com.br/portalbb/page22,19377,19432,21,0,1,1.bb>.

Banco HSBC. Acesso em abril de 2014. Disponível em: <http://www.hsbc.com.br/1/2/br/sobre-o-hsbc/resultados-financeiros/sobre-resultados-financeiros/2013>.

Banco Itaú. Acesso em de março de 2014. Disponível em: <http://www.itaubank.com.br/relacoescominvestidores/informacoesfinanceiras/apresentacao-de-resultados/4t2013>.

Banco Santander. Acesso em abril de 2014. Disponível em: <http://www.ri.santander.com.br/ShowResultado.aspx?IdResultado=1s5ek1NfiPkCevOi1obYiw>.

Caixa Econômica Federal. Caixa Melhor Crédito. Acessado dezembro de 2013. Disponível em <http://www1.caixa.gov.br/melhorcredito/index.asp>.

Determinantes Macroeconômicos do spread bancário no Brasil: teoria e evidência recente / José Luis da Costa Oreiro... [et al.]. – Artigo acessado em junho de 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502006000400007.

Economia Monetária e Financeira: Teoria e Política / Fernando J. Cardim de Carvalho... [et al.]. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos. Relatório anual 2012. Acesso em dezembro de 2013. Disponível em http://www.febraban.org.br/Febraban.asp?id_pagina=90.

Globo G1. Acessado em abril de 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2012/05/spread-bancario-do-brasil-e-um-dos-maiores-do-mundo-diz-fazenda.html>.

Globo G1. Acessado em abril de 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2012/04/juro-bancario-de-pessoas-fisicas-recua-em-marco-diz-banco-central.html>.

Guia para normalização de publicações técnico-científicas / Angela Maria Silva Fuchs, Maira Nani França, Maria Salete de Freitas Pinheiro. – Uberlândia: EDUFU, 2013. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/bibliotecas/ferramentas-de-producao/colecao-de-normas-abnt/>

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sério histórica do IPCA. Acessado em julho de 2014. Disponível em: http://www.ibge.com.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/defaultseriesHist.shtm

Nota Técnica nº 123: Um novo cenário para o setor financeiro no Brasil / DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. São Paulo, 2013. Acesso em novembro de 2013. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/notatecnica/2013/notaTec123CenarioSetorFinanceiro.pdf>

Sistema financeiro: uma análise do setor bancário / Adriana Amado / Alexandre Marinho / André de Melo Modenesi / Elisângela Sanches / Fernando Cardim de Carvalho / Gary Dymski / Guilherme Jonas Costa da Silva / João Adelino de Ferreira / José Luís Oreiro / Marcos Crocco / Luiz Fernando de Paula / Manoel Carlos de Castro Pires / Melissa Menezes / Rodrigo Mendes Leal / Rogério Sobreira. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.